

# Quadro político para a utilização da IA



O uso adequado e ético da inteligência artificial (IA) é uma prioridade para instituições de ensino em todo o mundo e para a Anthology. É por isso que, em 2022, criamos um grupo de trabalho multidisciplinar e diverso para implementar um **programa específico de IA confiável na Anthology**. Este programa foi formalmente implementado em 2023 e é liderado por nosso Diretor Global de Privacidade e IA.

Como parte do programa Trusted AI, nos comprometemos com sete (7) princípios, que se baseiam nos princípios **da Estrutura da Gestão de Riscos de IA do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia dos EUA (NIST), na Lei de Inteligência Artificial da UE e nos princípios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**:



Como esses princípios são baseados em vários padrões internacionais, eles podem ser um bom ponto de partida para instituições de ensino superior interessadas em desenvolver e adotar políticas e programas específicos sobre o uso ético da IA.

Ao passar pela implementação de nosso programa de IA confiável, também aprendemos lições importantes sobre como estabelecer um modelo de controle que envolva as partes interessadas, como escrever políticas e documentos relacionados e como implementar tal programa.

Por meio deste marco de políticas sugeridas, a Anthology pretende apresentar às instituições de ensino superior algumas questões orientadoras. Essas perguntas serão úteis à medida que você começar a avaliar suas políticas e procedimentos éticos para o uso da IA e compartilhar seus pensamentos com nossa implementação.





## Identificação e reuniões das partes interessadas

Lembre-se de que esta estrutura de política é uma sugestão. Não se trata de um documento único com parâmetros obrigatórios que você deve cumprir, mas sim de um guia para as instituições usarem de acordo com suas necessidades e circunstâncias específicas.

Um dos aspectos mais importantes que devem ser levados em consideração para que as políticas éticas para a IA sejam implementadas corretamente é ter opiniões diversas e multidisciplinares.

É essencial ter ampla representação e contribuição de toda a instituição, em vários níveis. Ao identificar as pessoas a serem consultadas e informadas, as instituições devem assegurar que todas as partes interessadas sejam incluídas no processo de elaboração de políticas. Preferencialmente, estudantes ou órgãos representativos do corpo discente devem ser incluídos no debate. Nem todas as partes interessadas precisam se envolver na elaboração de políticas da mesma forma, e algumas delas podem apenas ser informadas sobre o processo.

As perguntas a seguir devem ajudar as instituições a identificar facilmente quem são as partes interessadas:

- Quem são as partes interessadas que provavelmente usarão a IA (generativa) em sua instituição ou se verão beneficiadas ou afetadas por esta?
- Quem são as partes interessadas que devem ajudar a gerenciar os riscos do uso da IA (generativa)?
- Todas as partes interessadas estão representadas ou podem contribuir para o debate?

Uma vez identificadas as partes interessadas, as seguintes perguntas podem ser feitas para orientar discussões e reuniões:

- Qual função ou equipe deve assumir a tarefa de coordenar e supervisionar os esforços?
- Deve haver um executivo sênior que promova e apoie os esforços da alta administração?
- Haveria um pequeno grupo de partes interessadas que poderia impulsionar a formulação e implementação de políticas éticas para IA (ao mesmo tempo em que é garantido que uma gama mais abrangente de partes interessadas seja informada e consultada conforme necessário)?
- Haveria conselhos ou comitês que deveriam ser consultados e receber informações?
- Com que frequência as partes interessadas se reuniriam?
- Quando um programa e respectivas políticas seriam implementados?
- Qual seria o processo de aprovação final e o processo de monitoramento contínuo da(s) política(s)?
- Quem seria responsável pelo programa e pela implementação das políticas em toda a instituição?
  - Como seria o processo?
  - Quem seria responsável pelo plano de comunicação?



## Definição da posição institucional sobre a IA generativa

Identificar as partes interessadas, atribuir responsabilidades e estabelecer frequência nas reuniões ajudará no processo de adoção de políticas e inspirará um ambiente contínuo de trabalho em grupo.

A primeira coisa que uma instituição deve considerar é qual sua posição em relação à IA (generativa). Pode haver uma cultura de exploração e inovação ou, inversamente, uma cultura de redução e controle de riscos.

Aqui estão as principais perguntas que a instituição deve se fazer ao definir sua postura política geral:

- A instituição, ou áreas específicas da instituição, já tem uma opinião sobre o uso da IA e, em particular, sobre a IA generativa?
- Do ponto de vista da cultura institucional, qual é a atitude geral em relação ao uso de ferramentas generativas de IA?
- Como diferentes partes da instituição estão usando IA generativa atualmente e como você planeja usá-la em um futuro próximo? (Isso também permitirá o desenvolvimento de um inventário do uso de IA generativa)
- A instituição tem experiência suficiente com a tecnologia e os riscos envolvidos? Ou você deve treinar ainda mais as principais partes interessadas e/ou buscar especialistas externos?
- Quais riscos e danos estão envolvidos no uso de IA generativa de uma forma ilegal ou antiética para a instituição? (Veja, por exemplo, a Estrutura de Gestão de Riscos de IA do NIST para obter uma descrição dos riscos e danos típicos e como eles podem ser gerenciados)
- Existem esforços semelhantes (por exemplo, privacidade, segurança, conformidade, programas de gerenciamento de risco, compras ou gerenciamento de risco de fornecedores) que podem ser aproveitados para certas partes do desenvolvimento e implementação de políticas para IA generativa?

As respostas a essas perguntas devem estar alinhadas com os valores institucionais, declarações de missão e códigos de conduta. Esse alinhamento facilitará a adoção e a implementação da política de uso da IA.



## Noções básicas sobre as políticas existentes

Embora a instituição identifique seus pontos de vista sobre IA generativa (veja acima), ela deve deixar claro como essa posição se sobrepõe ou não às políticas institucionais existentes. Sugere-se uma revisão das políticas existentes para identificar onde elas se alinham e onde entram em conflito com os objetivos da nova política para o uso da IA.

Aqui estão as principais perguntas que a instituição deve se fazer ao revisar seus processos e ambiente de políticas existentes:

- Quais políticas existentes, se houver, abordam especificamente o uso de IA generativa? (Políticas de desonestidade, códigos de ética, políticas de privacidade e políticas de segurança)
  - O que a apólice existente cobre?
    - Quais tipos específicos de IA ou aprendizado de máquina são

abordados na política?

- Quais domínios ou disciplinas são cobertos?
- A política é voltada para professores, alunos ou funcionários?
- Como as políticas foram desenvolvidas?
- Quem desenvolveu ou revisou as políticas existentes mais recentemente?
- As políticas de desonestidade acadêmica existentes podem cobrir o uso de IA generativa pelos alunos?
- Quais políticas precisarão ser revisadas ou reformuladas para se alinharem a uma nova política principal (veja abaixo)?
- Quais processos poderiam ser modificados tendo em vista as diretrizes da nova política?

Com as respostas a essas perguntas, a instituição poderá minimizar os conflitos entre as políticas existentes e as novas, bem como evitar a repetição desnecessária de esforços.



## Desenvolvimento de programas e políticas

Ao mesmo tempo em que a instituição define sua posição sobre a IA (generativa) e entende seu ambiente político, ela deve se concentrar no desenvolvimento de um programa coerente que os ajude a regular sua abordagem a essa questão. Deve-se notar que o programa deve refletir a postura institucional em torno da IA (generativa) e que sua implementação deve estar alinhada com as políticas existentes. Também deve ser um convite a outros departamentos ou áreas específicas dentro da instituição para fazer parte da política e do programa e, assim, evitar o dobro do esforço e múltiplas abordagens para o mesmo tópico. Pode ser melhor começar com iniciativas de pequeno porte e, em seguida, construir o programa progressivamente para garantir que políticas específicas possam ser implementadas rapidamente. Aprovar e implementar políticas detalhadas e complexas levará mais tempo.

Recomendamos que cada instituição inclua todos os assuntos relevantes para o seu caso.

---

Aqui estão algumas das questões que acreditamos que devem ser incluídas no programa de uso de IA de cada instituição, e como cada uma dessas questões é abordada dependerá de suas necessidades e prioridades. Pode ser uma ou mais políticas. Além disso, lembre-se de que cada instituição é única e, portanto, essas questões podem ou não ser relevantes para cada uma delas. Recomendamos que cada instituição inclua todos os assuntos que lhe dizem respeito.

- Governança (adoção de princípios de IA):
  - Identificando e mitigando o viés
  - Transparência, responsabilidade, privacidade e segurança
  - Acesso equitativo a ferramentas de IA para todos os usuários
- Ensino e aprendizagem:
  - Usando avaliações alternativas
  - Autonomia do instrutor, incluindo a opção de não usar IA nos cursos
  - Integridade acadêmica no uso da IA
  - Requisitos de atribuição e propriedade intelectual de trabalhos gerados por IA

- Operação e Administração:
  - Necessidades de treinamento e “alfabetização em IA”
  - Uso apropriado de IA para interagir diretamente com os alunos por meio de chatbots ou outros serviços automatizados
  - Possíveis mudanças de pessoal que venham a ser necessárias
- Direitos autorais e propriedade intelectual:
  - O uso de IA generativa cria riscos para direitos autorais, propriedade industrial e, em geral, para propriedade intelectual?
    - Em caso afirmativo, como esses riscos podem ser mitigados?
  - Como a instituição é protegida contra violações de direitos autorais e propriedade intelectual?
- Investigação:
  - Usos permitidos da assistência de IA em funções de pesquisa
  - Requisitos para atribuição e propriedade intelectual de conteúdo gerado por IA
- Desonestidade acadêmica:
  - Como os alunos podem citar e/ou referenciar conteúdo gerado por IA?
  - As ferramentas de IA generativa são permitidas na sala de aula?
  - O foco em ferramentas de IA generativa deve mudar os critérios de avaliação?
- Atualização e revisão contínua das políticas:
  - Com que frequência a política deve ser atualizada ou revisada?
  - Quem deve fazer parte do comitê de atualização ou revisão?
  - Como as atualizações ou revisões serão comunicadas?
- O que acontece se a política não for seguida?
  - Quem controlará o cumprimento da política?

Alcançar a versão final de uma política é um processo progressivo. Além disso, manter o envolvimento das partes interessadas e fazer com que continuem a fornecer feedback ainda são ações importantes nesta fase. A política final deve encontrar um equilíbrio entre abordar os riscos potenciais e permitir a inovação e a experimentação, sem ser demasiadamente restritiva por meio de uma abordagem baseada no risco.



## Implementação do programa

Uma vez finalizada a política, as instituições devem passar para a fase de implementação. Neste ponto, dois aspectos são muito importantes: primeiro, a política escrita não é suficiente. Requer controle, treinamento e outros processos para garantir que seja implementada corretamente. Em segundo lugar, a responsabilidade pela implementação e pelo programa geral deve ser claramente atribuída, definindo os papéis e responsabilidades das partes interessadas. Durante a execução, recomendamos que as instituições sigam o processo estabelecido para implementação de políticas. No entanto, aqui estão alguns pontos a serem considerados ao efetivar a nova política de IA no nível institucional:

- Cronograma de implementação
  - Qual é a data de vigência da apólice?

- A implementação será em fases ou entrará em vigor imediatamente? (por exemplo, ter um processo de revisão do fornecedor pode exigir mais tempo)
- Comunicações
  - Estabeleça um plano de comunicação
    - Quem é o público?
    - Quais canais serão usados (e-mail, documentos impressos, mídias sociais, sites etc.)?
    - As mensagens são claras e consistentes?
    - Quão frequentes são as mensagens?
    - As comunicações são multidirecionais?
      - Existem oportunidades para fazer perguntas e receber *feedback*?
- Formação
  - Estabeleça um plano de treinamento
    - Identifique públicos diferentes (por exemplo, a equipe de TI precisa de treinamento mais detalhado? Os professores precisam de treinamento diferente?)
    - Existem ferramentas e processos de treinamento existentes que possam ser aproveitados? (por exemplo, treinamento jurídico/de conformidade ou segurança)
    - Você tem conteúdo de terceiros que a instituição pode usar ou aproveitar, ou é melhor desenvolver o treinamento internamente?
- Supervisão
  - Quem supervisionará a adoção da política? (Esta função deve ser atribuída junto à responsabilidade do programa)
  - Como serão abordadas as situações em que a política não é seguida?

Esperamos que essa estrutura ajude você e sua instituição a adotar e desenvolver políticas e procedimentos para o uso da IA. Lembre-se de que cada instituição tem suas próprias necessidades, estruturas diferentes e objetivos únicos. Este documento procura ajudar cada instituição em seu processo de formulação de políticas, abordando diferentes questões que elas devem levar em consideração.

Agradecemos qualquer feedback que você possa oferecer. Sinta-se à vontade para enviar um e-mail para [trustworthy-ai@anthology.com](mailto:trustworthy-ai@anthology.com)

Agora você pode acessar o blog e os recursos **AI Policy Framework Blog and Resources** (em inglês) do marco de políticas para o uso da IA.

## Aviso Legal

Esses materiais foram preparados apenas para fins informativos e não constituem aconselhamento jurídico.